



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9626 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT16 - Educação e Comunicação

EXPERIÊNCIA PÚBLICA: ESTÉTICAS DA DIFERENÇA E HISTORICIDADES NA CONFIGURAÇÃO DE UMA ABORDAGEM COMUNICACIONAL A PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Rennan Lanna Martins Mafra - UFV - Universidade Federal de Viçosa

EXPERIÊNCIA PÚBLICA: ESTÉTICAS DA DIFERENÇA E HISTORICIDADES NA CONFIGURAÇÃO DE UMA ABORDAGEM COMUNICACIONAL A PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

RESUMO

De caráter ensaístico, tendo como base a pesquisa bibliográfica, esse texto busca advogar pela noção de experiência pública como chave analítica capaz de configurar uma abordagem comunicacional possível às pesquisas em educação. Para isso, baseia-se em reflexões conceituais desenvolvidas por Hannah Arendt e Walter Benjamin para a compreensão da experiência pública como um gesto comunicacional do estar-junto, pautado por dois elementos centrais: estéticas da diferença e historicidades. Como resultados, o texto defende que a problematização de tais elementos em contextos de pesquisa em educação, a partir da tentativa de apreensão comunicacional de vestígios desse estar-junto, permite a compreensão de modos pelos quais experiências públicas forçam a abertura de horizontes comuns em determinados contextos interacionais. Como conclusões, o texto reconhece que, por essa chave investigativa, a educação se apresenta como gesto ético-político que aponta para cenários em que tais horizontes são processados e atualizados socialmente, seja em espaços formais de educação, seja em quaisquer âmbitos interacionais que demandam movimentos estéticos de aprendizagem diante das diferenças e historicidades emergentes.

PALAVRAS-CHAVE

Experiência Pública; Diferenças; Historicidades; Comunicação; Educação.

Nesse texto, parto de um esforço reflexivo no sentido de questionar em que medida o

delineamento conceitual da noção de experiência pública pode se apresentar como uma potente chave analítica na configuração de uma abordagem comunicacional possível às pesquisas em educação. Sendo assim, localizo as discussões aqui propostas numa espécie de tónus epistemológico em direção à própria educação como âmbito de produção de saberes, no sentido de encaminhar dois movimentos epistêmicos que aparecem como panos de fundo desse ensaio: 1) o reconhecimento da patente necessidade de que a educação, como campo de conhecimentos, sempre renove seus esforços epistemológicos no sentido de atualizar suas próprias bases que legitimam seu *status* de cientificidade - movimento este que sub-repticiamente tenta suspeitar dos consensos de fundo e das definições sobre quais são as realidades de conhecimento pertinentes e relevantes às pesquisas do campo; 2) a identificação de abordagens comunicacionais como ofertas, às pesquisas em educação, de incrementos epistemológicos à própria validação de realidades empíricas que podem ser investigadas e examinadas pela área. É nesse lugar, em específico, que um movimento epistemológico empreendido pelo campo da comunicação nos últimos anos - ao reconhecer a comunicação como gesto conformador de interações e de contextos (FRANÇA, 2001; BRAGA, 2012), para muito além de um processo informacional-transmissivo - pode ser útil no sentido de oferecer, à educação, potências investigativas que, na vasta tradição da área, já buscam configurar seu escopo investigativo em torno do estudo das interações.

De tal sorte, a problematização de interações que ocorrem em contextos sociais os mais diversos - sejam aqueles capitaneados por instituições voltadas à aprendizagem formal, sejam espaços outros, espontâneos e insurgentes - torna-se um caminho profícuo à compreensão de gestos educacionais: imersos em suas interações, de modo induzido e/ou irrefletido, evidente e/ou latente, sujeitos e sujeitas demandam aprendizagens para viverem em conjunto - e é nesse lugar que procuro pela potência explicativa da noção de experiência pública. Grosso modo, a experiência pode ser tomada como fenômeno - ou, nos termos de Dewey (1980), como resultante da interação entre criatura viva e ambiente, a partir do momento em que determinadas forças emocionais são detonadas pela criatura em sua *ação* frente ao *padecimento* (à resistência) do ambiente sobre sua própria superfície corpórea. Nesse momento, ter *uma* experiência, para o intelectual norte-americano, é vivenciar um processo eminentemente estético, este que, por seu conteúdo emocional, provoca a mobilização do quinhão de intelectualidade disponível na criatura. Assim, o cessar da experiência estética resulta em algum tipo de aprendizagem nova, esta que transforma tanto a criatura viva quanto o ambiente que lhe acolhe.

Nessa toada proposta por Dewey (1980), é possível compreender o caráter notadamente comunicacional da experiência: ela acontece a partir da configuração de interações, em meio às quais um aprendizado na relação com o ambiente mostra-se como resultante de pulsões estéticas. A partir dessa constatação, interesse-me por questionar em que medida esse processo estético pode ser compreendido a partir da delimitação de uma qualidade/um lugar/uma natureza dessa experiência: seu caráter público. Tal visada mostra-se pertinente sobretudo no bojo de sociedades contemporâneas, em que tentativas de construção de um estar-junto frente a aparatos institucionais de um Estado Democrático de Direito tornam-se desafiadas por contextos multiculturais e globalizados, delineados por processos

modernizadores (e colonizadores). De modo mais específico, é possível questionar: para além da evidência e da constatação sobre seu caráter estético - detonador de forças emocionais que mobilizam processos de aprendizagem -, quais outros elementos tornam-se importantes para uma compreensão comunicacional da experiência pública? E como tais elementos mostram-se potentes epistemologicamente na configuração de pesquisas em educação, realizadas por abordagens comunicacionais? A partir dessas indagações, dois autores apresentam caminhos profícuos para a compreensão da experiência pública como âmbito comunicacional de investigação à educação: Hannah Arendt (2007) e Walter Benjamin (1989).

Em meio a uma vasta e sensível obra, afeto-me, em especial, pelo projeto filosófico de Arendt (2007) voltado a instituir horizontes de existência, em contextos contemporâneos tonalizados pelas fissuras e violências da modernidade: o espaço público. Para a intelectual alemã, tal espaço não se configura propriamente como um lugar delimitado por grandezas físicas; em outra direção, trata-se de um *locus* pautado por dois atributos essenciais: a aparência - ou seja, o espaço público possui qualidade estética, na medida em que emerge, como fenômeno, e se abate sobre os corpos, afetando-os; e a visibilidade - isto é, ao se encarnar pela qualidade estética daquilo que aparece, o espaço público institui uma esfera do visível, solicitando, diante das criaturas, um gesto ético (que valores mobilizar diante do que aparece?) e político (limitar e/ou expandir as interações, diante do que aparece?). Aqui, Arendt (2007) estabelece um potente raciocínio, na medida em que identifica o tônus daquilo que mobiliza a aparência e a visibilidade, quer seja, o caráter público de um espaço: as diferenças.

Em seu projeto, a filósofa assim propõe: o que nos torna iguais, como seres humanos, é a possibilidade de sermos diferentes; e tanto mais democráticos serão os horizontes de um determinado contexto na medida em que tal contexto for capaz de processar a aparência e a visibilidade emergentes, atualizando o mundo comum (ARENDR, 2007). Sendo assim, de caráter fenomênico, estéticas da diferença anunciam-se como um forte elemento das experiências públicas - ou seja, das experiências nas quais a relação entre criatura viva e ambiente for configurada pela emergência de diferenças - potências de ser e de estar, atributos comuns a todas as criaturas humanas (o que inclui tanto marcadores sociais e interseccionais, como gênero, raça/cor, sexualidades, classe social, quanto elementos novos e imprevisíveis, solicitantes, pela via estética, de novos aprendizados sociais). Ignorar a visibilidade e o aparecimento promovidos pelas estéticas da diferença é gesto que anuncia, por esse caminho, atrofiamentos em horizontes democráticos. Nesse lugar, lentes comunicacionais permitem observar as estéticas da diferença em direção a pesquisas sobre aprendizagens e movimentos educacionais (em espaços formais e/ou informais) que decorrem de suas emergências - quer seja, os gestos éticos e políticos mobilizados por instituições e sujeitos/sujeitas, em determinados contextos específicos.

Inevitavelmente, ao se abaterem sobre as criaturas, as diferenças não dizem de realidades aleatórias (ou alienígenas), mas, como aponta Arendt (2007), são reveladoras/fabricadoras de contextos, a partir de repertórios e experiências anteriores. Tal argumento, portanto, nos auxilia a compreender que, junto às estéticas das diferenças, a experiência pública imbuí-se também por tonalidades conformadoras de temporalidades: ao dizerem de contextos,

inevitavelmente, acessam passados e buscam atualizar um presente, propondo gestos interacionais que imaginam novos futuros possíveis. Nessa seara, Walter Benjamin (1989) nos ajuda a vislumbrar que os movimentos estéticos da diferença podem ser tomados como historicidades: tratam-se de contingências - um instante (*jetztzeit*) - em que perspectivas emergem e são acolhidas, alçando a posição de protagonismo, então marcadas pela reconsideração de passados. Interessante notar que, em perspectiva benjaminiana, Rangel (2016, p. 131) destaca a redenção como um movimento próprio à experiência histórica, mobilizadora de uma “faculdade/possibilidade humana de receber/auscultar determinado passado denegado e de entusiasmar-se com ele, intensificando-o, levando-o à frente, tornando-o uma realidade efetiva”.

Dessa forma, historicidades emergem, a partir de estéticas da diferença, produzindo desconfortos existenciais: tratam-se de sentidos (violências, ausências, latências) que se tornam aparentes e visíveis a sujeitas/sujeitos, em meio ao fluir de uma experiência pública. Nesse lugar, formas comunicacionais podem acabar sendo delineadas por forças sensíveis e emocionais de raiva, denúncia, tristeza, revolta e indignação, diante de diferenças que, publicamente, apresentam-se como apartadas de contextos sociais - num movimento estético definido, pelo historiador Jacques Rancière (2009), como dissenso. Nesse lugar, lentes comunicacionais permitem a identificação de tais historicidades em meio às interações deflagradas em determinados contextos, e apontam, em pesquisas da educação, para os modos pelos quais instituições e sujeitas/sujeitos processam as emergências e insinuam aprendizados no tempo presente, revelando suas potencialidades de hospedarem as demandas por novos futuros possíveis.

Assim, ao acolher as estéticas da diferença e as historicidades, a noção de experiência pública conforma um olhar comunicacional potente à investigação do estar-junto, em determinados contextos. Obviamente, o desejo de uma totalidade frente à interpretação de tal olhar torna-se um movimento metodológico impossível: a experiência pública é dinâmica e sua natureza comunicacional, mutante e acontecimental, contraria o delírio pelo absoluto. Como aponta Braga (2008), os fenômenos comunicacionais tornam-se indícios sempre inacabados de um estar-junto, cuja validade interpretativa encontra-se nos esforços de tensionamento entre a apreensão comunicacional de vestígios da realidade emergente junto às possibilidades abertas por teorias e conceitos, estes últimos que ancoram, epistemicamente, a pesquisa realizada no cenário empírico em questão. É nessa toada que o estudo da experiência pública - em suas estéticas da diferença e historicidades das formas comunicacionais - torna-se chave analítica potente, na configuração de pesquisas em educação: a partir da tentativa de apreensão/afetação comunicacional de/por vestígios do estar-junto, pesquisadoras/pesquisadores da educação conseguem se debruçar sobre realidades em meio às quais determinados aprendizados inevitavelmente irão emergir como resultantes de ações de sujeitas/sujeitos e/ou de instituições, uma vez que experiências públicas forçam (com ou sem êxito, a depender dos contextos) a abertura de novos horizontes comuns.

Nesse sentido, a chave investigativa da experiência pública permite uma compreensão da educação como gesto ético-político - conforme identificado por Rangel (2019) no âmbito da

historiografia contemporânea -, cabendo às/aos pesquisadoras/pesquisadores da educação responderem: como horizontes forçados por estéticas da diferenças e por historicidades são processados e atualizados socialmente, num certo contexto interacional? Nesse movimento epistemológico, tanto espaços formais de educação - como escolas, universidades, órgãos protagonistas de políticas públicas - quanto outros âmbitos interacionais - como práticas coletivas insurgentes, espaços midiáticos por redes sociais (como *YouTube*, *Instagram*), programas/produtos da indústria da mídia, jornais, livros e discursividades propostas por estratégias organizacionais - podem se configurar como ambientes comunicacionais potentes às pesquisas em educação, na medida em que pesquisadoras/pesquisadores sensíveis estiverem atentas/atentos aos movimentos de aprendizagem, de qualidade ético-política, que surgirem como respostas às estéticas da diferença e às historicidades então emergentes.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A condição humana. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAGA, José Luiz. Interação como contexto da comunicação. *MATRIZES*, 6(1-2), 2012, 25-42.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *MATRIZES*, 1(2), 2008, 73-88.
- DEWEY, John. Tendo uma experiência. In: _____. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? C-legendas - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, n. 05, 2001, 2-19.
- RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível - estética e política. São Paulo/SP: Editora 34, 2009.
- RANGEL, Marcelo de Mello. Melancolia e história em Walter Benjamin. Ensaio Filosófico, Volume XIV – Dezembro/2016, 126-137.
- RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 13, n. 25, jul. - dez. 2019, 27-46.